

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE FRANCÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Milena Fonseca Santos

Orientadora: Telma Cristina Pereira

Mestranda

Introdução

Uma das modalidades de ação no âmbito das políticas linguísticas reside no domínio da educação e do ensino de línguas. A formação de professores constitui um dos pilares para o êxito de uma política pautada pela defesa do plurilinguismo, da revitalização e manutenção de línguas, ou para a promoção do ensino de uma determinada língua. Kanavillil Rajagopalan (2011)¹ salienta que é preciso considerar a formação de professores levando-se em conta a relação nítida entre política linguística e o ensino de línguas, em uma dinâmica que envolve não apenas a abordagem de ensino, a metodologia a ser adotada, mas também a função da política linguística adotada no país.

De acordo com Truchot (2000), em geral, as políticas linguísticas dizem respeito aos esforços ou ações deliberados para influenciar uma situação linguística. As políticas linguísticas educativas constituem um dos diversos domínios destas ações sobre o corpus

Entrevista com Kanavillil Rajagopalan: ponderações sobre linguística aplicada, política linguística e ensino-aprendizagem. <http://www.alab.org.br/pt/destaque/155-entrevista-com-kanavillil-rajagopalan-ponderacoes-sobre-linguistica-aplicada-politica-linguistica-e-ensino-aprendizagem>

(forma) e sobre o status (promoção) de uma língua. Os principais atores das políticas linguísticas educativas são os Estados, os governantes, dirigentes, etc. Porém outros atores sociais podem intervir nestas políticas, tais como grupos locais, instituições culturais, associações e universidades, entre outros. Quando se define uma política linguística, faz-se necessário, também, definir as ações que permitirão a efetivação de tal política. Desta forma, é a respeito das intervenções/ações do diferentes atores sociais que atuam na formação de professores de francês como língua estrangeira (doravante FLE) no Brasil que se insere esta pesquisa, a fim de analisar as políticas linguísticas para a formação destes professores no Rio de Janeiro, contribuindo com reflexões que possam incrementar as formações de professores de FLE.

Política linguística

Para identificar qual política linguística fundamenta as formações de professores de FLE destacaremos, primeiramente, a diferença teórica entre política linguística e planejamento linguístico.

Vejamos o exemplo da Indonésia. A questão era saber qual seria a língua do Estado e, neste caso, o malaio foi escolhido para substituir a língua colonial, o holandês. Essa decisão foi tomada em 1928, durante uma reunião do Partido Nacional Indonésia, ou seja, bem antes de a Indonésia proclamar sua independência. Temos, neste momento preciso da história, um exemplo de política linguística. Pois, esta decisão consciente de um grupo de indivíduos em relação à língua e a sociedade, é o que define política linguística, segundo Calvet (2007).

Porém, para que esta política seja regulamentada, é necessário o planejamento linguístico, isto é, sua implementação. Pois, uma língua precisa de normas, de funções, o que Heinz Kloss, em 1969, introduz uma distinção entre o *planejamento do corpus* e o *planejamento do status*. O planejamento do corpus se relaciona às intervenções na forma da língua (criação de uma escrita, neologia, padronização, etc) e o planejamento do status se relaciona às intervenções nas funções da língua, seu status social e suas relações com outras línguas. Contudo, uma decisão a respeito de uma língua é inseparável de sua aplicação, ou seja, o binômio política linguística e planejamento linguístico estabelecem relações intrínsecas em situações linguísticas.

O conceito e o campo de aplicação dos estudos de política linguística e planejamento linguístico surgem a partir dos anos 60 em um trabalho de Einar Haugen sobre os problemas linguísticos da Noruega, pois o autor procurava mostrar a intervenção do Estado para construir uma identidade nacional após a dominação dinamarquesa. Com isso, podemos perceber que estes estudos surgem nos anos 60 e 70 em que inúmeros países africanos e asiáticos foram descolonizados. Posteriormente, Fishman, Fetguson e Das Gupta se dedicam aos problemas linguísticos dos países em desenvolvimento. Paralelamente, estes estudos reuniram uma impressionante concentração de trabalhos e estes conceitos aparecem em inglês, espanhol, alemão e em francês. A partir destes estudos, surgem as reflexões sobre as relações entre língua e poder, língua e nacionalismo, línguas e desenvolvimento, etc; pois há estudiosos mais preocupados com a questão das decisões do poder (a política) e outros com a passagem à ação (o planejamento).

O planejamento linguístico não foi o primeiro termo a aparecer nos estudos sobre este tema. Outros estudiosos a denominaram de *ingeniería lingüística* (Miller, 1950), *desarrollo lingüístico* (Noss, 1967) e *reglamentación lingüística* (Gorman, 1973). Porém, o termo planejamento linguístico utilizado, primeiramente, por Haugen, em 1959, é o mais popular e às vezes tratado como sinônimo de política linguística. Após a publicação deste termo, Robert Cooper, em seu livro, *Language Planning and Social Change*, (1989:45) nos apresenta doze definições para o termo planejamento linguístico e propõe sua própria definição, denominando que a planejamento linguístico compreende *os esforços deliberados para influenciar o comportamento de outras pessoas no que diz respeito à aquisição, estrutura ou colocação funcional de seus códigos linguísticos*. Estes esforços de que fala Cooper abrangem tanto o Estado e suas instituições; como foi o caso da Academia Francesa, mantida por Richelieu, quando se referem a ações de grupo ou como as feministas americanas na questão das palavras com marca de gênero. Ainda podem referir-se a esforços individuais, como os casos de Ivar Aasen e Knud Knudsen, que planejaram e promoveram uma língua nacional para a Noruega quando ela se tornou independente da Dinamarca. Esses “outros” a que a definição de Cooper faz referência pode ser aplicado a uma pequena comunidade bilíngue, quanto a uma grande nação dialetal, ou, ainda, a questões de uso e de expansão de uma língua, em países que dominam outra língua. Com isso, Cooper examina que em cada uma das doze definições de planejamento linguístico, há uma pergunta comum a todas elas: *quem* planifica

o quê para quem e como? Subentende-se a partir daí, que estes quatro aspectos compreendem a política e o planejamento linguístico. Examinando cada aspecto, temos de modo geral:

Quem – é a instância regulamentadora/ legisladora, que pode ser representada pelos governos, organismos governamentais organizados ou outros órgãos normativos, organizações civis de esferas administrativas, jurídicas, educacionais; as academias literárias ou outros grupos de poder notório. Contudo, chamaremos de atores ou agentes sociais, as instâncias envolvidas na regulamentação de políticas e planejamento linguístico, vinculados direta ou indiretamente às esferas governamentais como representantes oficiais.

O quê - é o objeto de intervenção política e de planejamento linguístico. Nesta instância, podemos citar como exemplo a campanha para marca de gênero contra o uso sexista, o estabelecimento da Academia francesa, a campanha de alfabetização massiva na Etiópia, a promoção do hebreu como idioma de instrução na Palestina, etc. Observemos que estes objetos são as ações/as intervenções de poder, em que se estabelece uma relação intrínseca entre língua e sociedade, envolvendo o planejamento do *status* ou do *corpus* de uma língua.

Para quem – de acordo com as definições examinadas por Cooper, esta instância refere-se a um “grupo de pessoas”. Estes grupos podem ser maiores como de fronteira nacional ou grupos menores como, por exemplo: grupos étnicos, religiosos, ocupacionais, organizações profissionais, ou seja, grupos sociais de níveis macro ou micro. Os círculos de interação pessoal podem se estender do plano social ao plano governamental ou vice-versa como, por exemplo, a campanha feminista americana iniciada no nível micro comunitário e posteriormente, adotada pelo nível macro governamental. Portanto, segundo Cooper, as atividades de planificação linguística podem operar em ambos os sentidos, não havendo, necessariamente, uma distinção entre as instâncias *quem* e *para quem*, afirmando que os grupos envolvidos na política e planejamento linguístico poderiam ser definidos como redes de comunicação, isto é, um conjunto de vínculos de interação verbal entre as pessoas. Compreender que os atores sociais que regulamentam ou são os atores alvos de políticas e planejamentos linguísticos fazem parte de uma rede de comunicação, significa não limitar a interação em um micro ou macro nível, entendendo que cada grupo separa-se por uma vertente diferente de interação.

Como – nesta instância, examina-se a aplicação da política e do planejamento linguístico, em que as atividades, as necessidades, os objetivos, os meios se apresentam. Nesta instância, a

prática dos esforços deliberados varia conforme os participantes envolvidos, a finalidade (planejamento do *status* ou do *corpus*), o enfoque (cultural, linguístico, discursivo, linguístico-discursivo, metodológico, etc.) e os objetivos diante das possibilidades e dos contextos.

Duas gestões de políticas

O campo da Política Linguística é heterogêneo e complexo por explicitar as relações de poder inscritas nas relações entre as línguas. Calvet (2002) define Política Linguística *um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social* e Planejamento Linguístico *a implementação concreta de uma política linguística*. Para este estudo, o autor define dois tipos de gestões políticas. Uma delas, ele chama de gestão *in vivo* que se refere ao *modo como as pessoas, cotidianamente confrontadas com problemas de comunicação, os resolvem*. Trata-se do produto de uma prática, de uma política oriunda dentro de um grupo em um nível micro como, por exemplo, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que se originou da própria comunidade dos surdos. Outra gestão política é *in vitro*, em que *linguistas analisam as situações e as línguas, descrevem-nas, constroem hipóteses sobre o futuro das situações, proposições para regular os problemas; depois os políticos estudam estas hipóteses e proposições, fazem escolhas, aplicam-nas*. As gestões de políticas *in vivo* ou *in vitro* aparecem diluídas dentro de políticas culturais, educacionais, políticas de inclusão ou de exclusão, não aparecem em estado “puro”, embora estejam necessariamente presentes na maioria das políticas educacionais e culturais. Sabe-se que o Estado é o principal articulador das políticas linguísticas, sempre em interação com outras instâncias organizadas de poder, esta relação vertical de poder refere-se à gestão *in vitro*, e a articulação de poder horizontal dentro um grupo, refere-se à gestão *in vivo*.

Podemos também afirmar, que estas formações contínuas para o professor de FLE se constituem como instrumentos de política linguística, visto que responde às questões de Cooper quando investiga quatro instâncias para a constituição de uma política e planejamento para língua. Observando a elaboração de uma formação contínua para professores, verificamos que há um agente responsável pela implementação de uma formação; e que este agente elabora uma intervenção para a formação de um determinado grupo social por meio de uma ação concreta. Portanto, podemos dizer que uma formação contínua para professores é

constituída por meio de escolhas conscientes e intervenção sobre a promoção e a forma da língua. Neste caso, percebemos uma nítida relação entre língua e sociedade, interesse e poder.

Formação de Professores de Língua Estrangeira

Para discutirmos a formação de professores de línguas estrangeiras (doravante LE), é necessário abordarmos alguns aspectos sobre o perfil deste professor de línguas. Almeida Filho (2006) ressalta a importância de se formar professores de línguas críticos-reflexivos, ou seja, profissionais capazes de refletir sobre os processos de ensino/aprendizagem, mas é necessário compreendermos os elementos que determinam a prática desse professor. Almeida Filho (1993) descreveu que estes elementos fazem parte da abordagem de ensino, isto é, o conjunto de disposições do professor que irá orientar suas ações de ensinar língua estrangeira. Tais disposições estão relacionadas às capacidades específicas de ação denominadas pelo autor como competências, sendo definidas:

“(...) as capacidades reconhecíveis de ação fundamentadas em bases de conhecimento e capacidade de tomada de decisões geralmente espontâneas e instantâneas num quadro de posições ou atitudes do professor”. (ALMEIDA FILHO, 2006, p. 11)

Desta forma, Almeida Filho aborda cinco tipos de competências necessárias a este perfil do professor de LE, sendo elas: competência implícita, competência linguístico-comunicativa, competência teórico-aplicada e competência profissional. Como competência mais básica de professores de LE encontra-se a competência implícita, “constituída de intuições, crenças e experiências vivenciadas ao longo do processo de ensino e aprendizagem” (ALMEIDA FILHO, 2006, p. 11).

Porém esta competência não é suficiente para que o professor seja capaz de assumir uma prática de ensino crítica e engajada, pois ele precisará desenvolver a competência linguístico-comunicativa, isto é, “a capacidade de uso da língua-alvo, envolvendo conhecimento sobre a sua estrutura e seu funcionamento enquanto código linguístico e social para produção e interpretação de sentidos” (ALMEIDA FILHO, 1993, p. 20), algumas instituições de ensino julgam ser a competência mais relevante na formação do professor, quando afirmam preferir contratar professores nativos a professores não nativos. Entretanto,

sabemos que isto não garante um ensino de línguas de qualidade, é necessário também o desenvolvimento da capacidade teórico-aplicada “que se refere às concepções teóricas de ensinar e aprender línguas e capacita o professor a ensinar de acordo com o que sabe conscientemente e que lhe permite explicar teoricamente porque ensina da maneira que ensina e porque obtém os resultados que obtém” (ALMEIDA FILHO, 1993, p. 21).

Essa competência diz respeito aos vários aspectos da prática de ensino, auxiliando na atualização de teorias sobre o ensino e a aprendizagem; e por fim a competência profissional, “que consiste na conscientização do professor de suas responsabilidades, de seu potencial e importância social no exercício do magistério” (ALMEIDA FILHO, 1993, p. 21). É por meio dela que o professor se conscientiza de um desenvolvimento profissional contínuo e permanente. Do ponto de vista político, a formação do professor de línguas estrangeiras envolve também questões de política linguística, que esclarece os critérios norteadores do processo de ensino/aprendizagem. Leffa acrescenta que: “Fomos criados numa tradição de que o professor, na sala de aula, não deve se envolver com política. No entanto, como vimos, somos todos – professores, alunos e a própria escola – afetados por escolhas políticas.”(LEFFA, 2001, p. 350)

Quadro das Políticas Linguísticas para a Formação de Professores de FLE

QUEM?	O QUÊ?	PARA QUEM?	COMO?
FRANÇA	Formação e Programa de Assistentes de Línguas na França (Serviço de Cooperação e Ação Cultural e Centro Internacional de Estudos Pedagógicos)	Estudantes Estrangeiros (dois anos de estudos) em qualquer curso universitário e possuir o nível B1 em língua francesa,	Trabalho Temporário de docência na língua materna do estrangeiro na França.
	Editoras Francesas	Professores, coordenadores, supervisores e diretores de instituições de ensino de FLE	Cursos e Palestras

Formação de FLE em Vichy (SCAC e CIEP)	Professores de FLE	Bolsas de formação de duas semanas.
Plano de Profissionalização Anual (Aliança Francesa/RJ)	Professores da Aliança Francesa/RJ	Formação durante 6 meses.
PRO-FLE (CNED)	Professores da Aliança Francesa	Formação contínua a distância durante 4 meses.
Azurlingua: École de Français (Nice-Côte d'Azur)	Licenciandos de FLE da UFF e para Professores de FLE.	Formação durante 6 meses para licenciandos e de curta duração (até um mês).

RIO DE JANEIRO/BRASIL	Cursos de Especialização (UFF e UERJ)	Estudantes de FLE	Curso de Língua Francesa e Literaturas Francófonas, de Tradução em Língua Francesa e Ensino/Aprendizagem de Língua Francesa.
	Programa de Licenciaturas Internacionais	Licenciandos	Mobilidade acadêmica em universidades francesas (até 4 anos).
	Associação de Professores de Francês no Estado do Rio de Janeiro (parcerias com universidades e instituições francófonas)	Professores e Estudantes de FLE	Ateliers, formações, congressos, etc.

De acordo com a observação sobre políticas linguísticas de Cooper (1989), podemos afirmar que todas estas instâncias constituem uma política linguística e um planejamento linguístico, tendo em vista que são intervenções para a sociedade ou um grupo social sob o viés da língua.

Observa-se que França esforça-se em promover o status e o corpus de sua língua em território nacional e estrangeiro e com as línguas estrangeiras de suas grades curriculares, estabelecendo e implementando suas políticas linguísticas no campo educacional, almejando preservar e difundir sua língua e a cultura, tentando legitimar, de certa forma, a identidade e a nação francesa. As escolas de línguas, as editoras, os centros de estudos pedagógicos são os principais agentes de políticas linguísticas porque representam a ação da França sobre a forma da língua, tendo em vista que a política linguística da França é uma política de difusão da língua francesa.

Considerando que os franceses não são a maioria no meio dos francófonos, que o francês não pertence mais somente à França e que o seu status é comparável ao do espanhol e até mesmo ao do português, a França se equipou com um número impressionante de estruturas, de organismos, de comissões, que intervêm de uma maneira ou de outra no domínio da língua, tais como: BELC (Bureau d'Études pour la Langue et la Civilisation Française à l'Étranger), CREDIF (Centre de Recherche et d'Étude pour la Diffusion du Français), etc. A política linguística da França se encontra na defesa da língua francesa; tal como garantir sua presença nas estruturas dos Estados-membros, insistir para que os países europeus ensinem duas línguas, intervir tanto no ponto de vista do *corpus* (luta contra os empréstimos, neologia em diferentes campos,...) como no ponto de vista do *status* (lugar do francês nas instituições internacionais, ensino do francês como língua estrangeira), etc.

Por outro lado, as políticas linguísticas encontradas no RJ são determinadas pelas universidades públicas, embora as políticas linguísticas para a formação continuada de professores de FLE ainda seja incipiente. Essa é a razão pela qual, encontramos, atualmente, um cenário de desvalorização do ensino de francês nas escolas públicas. As políticas públicas da educação afirmam que a língua estrangeira faz parte do ensino escolar no mundo globalizado, reafirmando que as línguas estrangeiras e a materna deveriam coexistir em distribuição complementar, desempenhando funções diferentes, sem necessariamente concorrer uma com a outra.

Considerações Finais

A formação de professores de línguas estrangeiras, especificamente, em língua francesa se fundamenta na necessidade de mediação entre as culturas e de perspectivar novos caminhos

para o desenvolvimento de aprendizes mais críticos e reflexivos, daí a importância de considerarmos a formação do professor de FLE como um elemento constitutivo de sua prática profissional.

A formação do professor de língua francesa estabelece uma relação entre língua e sociedade ou um grupo social (professores), cuja relação situa-se no campo da sociolinguística. Conforme, Calvet não há possibilidade de se distinguir linguística e sociolinguística, já que “o objeto de estudo da linguística não é apenas a língua ou as línguas, mas a comunidade social sob seu aspecto linguístico.” (Calvet, 2002:127). Desta forma, esta pesquisa também se sustenta nos estudos sociolinguísticos, tendo em vista os efeitos das sociedades ou grupos sociais sobre a língua. Neste caso, língua e sociedade são concepções estritamente relacionadas e que serviram de base para as questões da política linguística. Ressaltando, que este estudo diz respeito às práticas formativas de língua francesa como instrumentos de políticas linguísticas, Cooper ressalta a importância de conhecermos quem são estes atores políticos e sociais e de que forma, eles influenciam no campo educacional, já que a educação é um dos principais vetores de intervenções políticas no domínio linguístico.

O papel dos atores sociais referente às suas respectivas ações retrata o interesse de uma difusão dinâmica da língua francesa no mundo, porém, por outro lado, a falta de interesse dos atores políticos nacionais, tais como o Estado e os governos nas intervenções políticas para a formação do professor de FLE representa um desprestígio do ensino de língua estrangeira e da prática docente no Rio de Janeiro. Este descompasso nos mostra que as ações formativas ficam a cargo dos países estrangeiros, visando à promoção de suas línguas nacionais. Por tudo isso, é necessária uma ação conjunta dos governos em parcerias com as embaixadas, associações, universidades, professores e alunos para elaboração de políticas linguísticas e planejamento linguístico para o ensino/aprendizagem de língua francesa, tais como: mais oferta de ensino de francês nas escolas públicas e, conseqüentemente, mais concursos para os professores, abertura de novas parcerias com instituições educativas francesas, cursos de formação para os professores e etc.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, J. *Dimensões Comunicativas no Ensino de Línguas*. 1ª. ed. Campinas: Pontes, 1993.

_____. “Conhecer e desenvolver a competência Profissional dos professores de LE”. In: *Contexturas: Ensino Crítico de Língua Inglesa*. São Paulo: APLIESP, 2006.

_____. “Tendências na formação continuada do professor de língua estrangeira”. *Apliemge-Ensino e Pesquisa*, Belo Horizonte, n. 1, 1997.

BAGNO & LAGARES, M. & X. (orgs.). *Políticas da Norma e Conflitos Linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2011.

BIZARRO & BRAGA, R. & F. (orgs.). *Formação de Professores de Línguas Estrangeiras: Reflexões, Estudos e Experiências*. Porto Editora, 2006.

CALVET, L. J. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.

_____. *As Políticas Linguísticas*. São Paulo: Parábola, 2007.

COOPER, R. *La planificación lingüística y el cambio social*. Cambridge University Press, 1997.

LEFFA, V. *Aspectos Políticos da Formação do Professor de Línguas Estrangeiras*. Disponível em: [<http://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/formacao.pdf>] Acesso em 10 de março de 2015.

SAVEDRA & LAGARES, M. M. G. & X. *Política e Planificação Linguística: conceitos, terminologias e intervenções no Brasil*. Disponível em: [<http://www.uff.br/revistagragoata/revistas/gragoata32web.pdf>] Acesso em 5 de março de 2015.

SAVIANI, D. *Formação de Professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro*. Disponível em: [<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>] Acesso em 10 de março de 2015.

TRUCHOT, C. *Politiques Linguistiques Educatives em Europe: l'implication des institutions européennes*. Disponível em: [<http://www.atilf.fr/spip.php?rubrique554>] Acesso em 13 de março de 2015.